

MARTINS, J. de S. **A militarização da questão agrária do Brasil**. Petrópolis, Vozes, 1984. 134p.

A Sociedade Brasileira, em seus vários segmentos, experimenta atualmente grande expectativa frente às suas reivindicações por mudanças políticas e econômicas. A extensão e o alcance de novas propostas dependem, no entanto, do modo pelo qual os partidos e as organizações expressam determinados interesses neste processo. Mas em que medida soluções conjunturais implicariam trazer novamente ao plano das urgências as questões que, historicamente, têm sido adiadas? É nesta perspectiva que vemos o recente trabalho de José de Souza Martins. O livro contém uma série de conferências e artigos publicados em jornais, distribuídos em quatro capítulos e um apêndice. Vale ressaltar, por outro lado, que apesar de tratar-se de uma reunião de publicações avulsas, o trabalho mantém uma unidade interna, capaz de abordar o tema proposto de forma sistemática e consistente.

A questão agrária, colocada continuamente em um nível de menor importância, segundo a visão “urbana” e “assalariada” que toma conta de nossos partidos, parece ressurgir com o mesmo estigma de sempre: a concentração fundiária e a luta pela terra.

Martins, com um discurso claro, mostra a que ponto chegou a questão agrária, ilustrando, inclusive com números, a extensão dos conflitos que passaram a fazer parte do dia-a-dia do camponês. Evitando aquilo que ele chama de “perspectiva urbana”, procura tratar da organização política no campo, de forma dinâmica, trazendo para a cena os novos sujeitos (posseiros, assalariados rurais, expropriados) resultantes do próprio processo particular de acumulação de capital em nossa formação social concreta. E, neste contexto, é no mínimo original a importância das comunidades de base como um novo elemento que passaria a fazer parte da trama da organização política do campo. As relações entre a Igreja e o Estado assumem, pois, particular importância no controle daquilo a que Martins se refere como “vazio político” do setor rural.

A crescente militarização que se verificou em todos os setores da sociedade, em especial no rural, dá ao livro um caráter mesmo de documento histórico. Neste caso, as Forças Armadas são entendidas como mediadoras dos conflitos, tendendo a não resolver a questão agrária, mas, ao contrário, reforçando o quadro de domina-

ção e exploração, haja vista o seu pressuposto em manter intocáveis as estruturas de sustentação do próprio regime. É por isso que a reforma agrária não tem passado do plano dos discursos e da demagogia, pois ao longo do período que sucedeu a 1964, o Estado coloca-se como elemento diretor das políticas públicas que viriam a acentuar o grau de concentração da terra e rendas fundiárias. E isto implica maior exploração do trabalhador, tornando, pois, insustentável a situação de conflitos e tensões internas.

As estratégias militares utilizadas para o enfrentamento do problema vão desde a desmobilização dos grupos locais, por prisões e violências, até a desmoralização das suas lideranças. Procurando sempre despolitizar os núcleos organizados de camponeses, tratam do conflito como uma questão de **Segurança Nacional**, e abordam a questão agrária como sendo meramente econômica. E na ocupação deste espaço, destaca-se o papel particular que assumiram os vários organismos do Estado, a exemplo do Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários, G.E.T.A.T., MOBRAL, ACISO, PROJETO RONDON, todos envolvidos em evidentes propósitos assistencialistas, esvaziando (ou tendendo a esvaziar) o conteúdo político da luta pela terra.

Não se pretende, aqui, repetir todos os aspectos que de forma tão brilhante foram apresentados pelo autor em seu trabalho. Contudo, cabe destacar um ponto que nos pareceu de extrema relevância: o questionamento de uma perspectiva distorcida da questão agrária, aquela que privilegia, política e teoricamente, o “contratual”, “urbano” e “salarial”. Martins chama a atenção para o menosprezo, o desinteresse e mesmo o equívoco teórico com que se trata a questão agrária. E como ele próprio comenta: “Os dois Congressos das classes trabalhadoras – Conclats – não lograram nenhuma decisão significativa e de profundidade que representasse mais do que apoio meramente retórico aos trabalhadores rurais, embora aí maciçamente representados (52% dos delegados eram os dirigentes sindicais rurais)” (p. 11).

José de Souza Martins, na sua reflexão teórica, procura compreender e discutir o próprio processo de acumulação de capital gerando as várias formas de produção que, necessariamente, estão vinculadas (direta ou indiretamente) à contradição entre capital e trabalho, definindo tanto a exploração da força-de-trabalho como a expropriação do trabalhador rural. Assim, ganham importância histórica todas as formas de produção que, direta ou indiretamente, têm sido submetidas à dominação capitalista. Por outro lado, entendemos que o autor poderia ter discutido um pouco mais a respeito da categoria dos pequenos produtores, e do modo como o

capital igualmente os tem subordinado, dentro ainda da problemática da organização política no campo. Isto, contudo, não chegou a prejudicar o livro como um todo que, pela sua atualidade e profundidade, parece-nos leitura indispensável a todos os envolvidos com a discussão da questão agrária.

Michelangelo G.S. Trigueiro
EMBRAPA/DDT